

Sumário

PARTE I JURISDIÇÃO DIGITAL

Capítulo 1 ▶ DIREITO DIGITAL E A 4.ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	19
Introdução	19
1.1 Conceito de Direito Digital.....	19
1.2 Da Quarta Revolução Industrial.....	20
Capítulo 2 ▶ TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO E NO MINISTÉRIO PÚBLICO	23
Introdução	23
2.1 Do Programa Justiça 4.0	24
2.1.1 Plataforma Digital do Poder Judiciário.....	24
2.2 Transformação digital no Ministério Público.....	26
2.2.1 Política Nacional do Ministério Público Digital.....	27
2.2.2 Da Rede Nacional de Inovação Digital	29
Capítulo 3 ▶ TECNOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO.....	31
Introdução	31
3.1 Conceito	31
3.2 Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.....	32
Capítulo 4 ▶ AUTOMAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL.....	35
Introdução	35
4.1 Da Lei 11.419/2006.....	35
4.2 Da Resolução 420/2021 – CNJ.....	40
Capítulo 5 ▶ INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO	43
Introdução	43
5.1 Inteligência Artificial (IA).....	44
5.1.1 Conceito de Inteligência Artificial (IA).....	44
5.1.2 Dos componentes da Inteligência Artificial.....	45
5.1.3 Níveis de IA (fraca, forte e superinteligente).....	46
5.1.4 IA Simbólica, Conexionista e Evolucionista	47
5.1.5 Riscos e limites da IA.....	49
5.2 Inteligência Artificial Responsável (Ética da IA)	50

5.3	Da Inteligência Artificial generativa (IAGen).....	53
5.4	Inteligência Artificial no contexto judicial brasileiro.....	54
5.4.1	Primeiro marco regulatório (Resolução CNJ 332/2020).....	55
5.5	Da Resolução CNJ 615/2025.....	56
5.5.1	Fundamentos e princípios.....	57
5.5.2	Governança.....	59
5.5.3	Centralidade humana.....	60
5.5.4	Transparência.....	60
5.5.5	Gestão de riscos.....	61
5.5.6	Proteção de dados.....	65
5.5.7	Diretrizes éticas.....	66
5.5.7.1	Da explicabilidade.....	69
5.5.7.2	Outros pontos da Resolução CNJ 615/2025 sobre IA no Judiciário	71
5.6	Prova oral do TJSP e Inteligência Artificial.....	72
5.7	Questões discursivas sobre o tema Inteligência Artificial:.....	73
Capítulo 6 ► AUDIÊNCIAS VIRTUAIS E CORTES REMOTAS.....		77
Introdução.....		77
6.1	Modalidades de audiências, sessões e atendimento.....	78
6.1.1	Audiências Telepresenciais e por videoconferência (Res. 354/2020 CNJ).....	78
6.2	resolução CNJ 465/2022.....	80
6.3	Juízo 100% digital (Res. 345/2020 – CNJ).....	81
6.3.1	Do Procedimento.....	81
6.4	Núcleos de Justiça 4.0 (Res. 385/2021 – CNJ).....	83
6.4.1	Procedimento: Núcleos de Justiça 4.0 – Regras Essenciais.....	84
6.5	Salas Passivas (Res. 341/2020 – CNJ).....	84
6.6	Do Excluído Digital (Recomendação 101/2021 – CNJ).....	85
6.7	Pontos de Inclusão Digital (Res. 508/2023 – CNJ).....	86
6.8	Tribunal Virtual (Cortes On-line).....	87
Capítulo 7 ► CIÊNCIA DE DADOS E JURIMETRIA.....		89
Introdução.....		89
7.1	Contexto Histórico.....	89
Capítulo 8 ► RESOLUÇÕES DO CNJ SOBRE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS.....		93
Introdução.....		93
8.1	Estratégia, Governança Digital e Segurança da Informação no Poder Judiciário. Resolução CNJ 325/2020: Estratégia Nacional do Poder Judiciário (2021–2026).....	93
8.2	Resolução CNJ 370/2021: Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).....	94
8.3	Resolução CNJ 396/2021: Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).....	95
8.3.1	Inovação Legislativa – Decreto 11.856/2023: Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber).....	95
8.4	Do Balcão Virtual (Resolução 372/2020 – CNJ).....	96

8.5	Resolução 427/2021 – Proteção de vítimas e testemunhas no Processo Penal.	97
8.6	Resolução CNJ 455/2022: Portal de Serviços do Poder Judiciário.....	98
8.7	Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).....	99
8.8	Agenda 2030 e o Poder Judiciário (Organização das Nações Unidas – Agenda 2030).....	99
8.9	Resolução CNJ 444/2022: Banco Nacional de Precedentes (BNP).....	102
8.10	Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (SNI-PER).....	103
8.11	Domicílio Judicial Eletrônico	104
8.12	Resolução CNJ 349/2020 (com alterações) – Centros de Inteligência do Poder Judiciário.....	105
8.12.1	Exemplo prático: Nota Técnica do Centro de Inteligência do TJRO (“prompt injection”).....	106
8.13	Resolução CNJ 395/2021 (com alterações posteriores) – Política de Gestão da Inovação no Poder Judiciário	107
8.13.1	Princípios orientadores da Política de Inovação.....	108
8.14	Sistema Informatizado de Resolução de Conflitos	110

PARTE II PERSECUÇÃO PENAL, TECNOLOGIA E NOVOS CRIMES

Introdução	111
Capítulo 9 ► PERSECUÇÃO PENAL NA ERA DIGITAL.....	113
Introdução	113
9.1 Crimes no âmbito virtual	115
9.2 Crime cibernético no âmbito processual penal (CPP)	124
9.3 Convenção de Budapeste.....	127
9.4 Aplicação da Inteligência Artificial na atividade policial (Portaria 961/2025 – Ministério da Justiça).....	130
9.5 Cibersegurança	132
9.6 Cibersegurança no Poder Judiciário.....	135
Capítulo 10 ► DEEP WEB E DARK WEB.....	139
Capítulo 11 ► PROVAS DIGITAIS E ASSINATURAS ELETRÔNICAS	143
Introdução	143
11.1 Aspectos fundamentais das provas digitais	144
11.2 Características essenciais.....	145
11.3 Tipos de assinaturas (simples, avançada e qualificada).....	148
Capítulo 12 ► CRIPTOMOEDAS E LAVAGEM DE DINHEIRO.....	153
Introdução	153
12.1 Do ativo virtual.....	153
12.2 Criptoativo	154
12.3 Sistema CriptoJud	156
12.4 Lavagem de dinheiro.....	158

PARTE III TECNOLOGIAS EMERGENTES NO DIREITO PRIVADO

Capítulo 13 ▶ <i>BLOCKCHAIN</i> E DIREITO	163
Introdução	163
13.1 Contexto histórico	163
13.2 Características essenciais.....	166
13.3 Bitcoin	167
Capítulo 14 ▶ CONTRATOS INTELIGENTES (<i>SMART CONTRACTS</i>)	171
Introdução	171
Capítulo 15 ▶ ALGORITMOS E TOMADA DE DECISÃO	175
Introdução	175
15.1 Do algoritmo	175
15.2 Da tomada de decisão	176

PARTE IV LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Capítulo 16 ▶ FUNDAMENTOS DA LGPD	183
Introdução	183
16.1 Contexto histórico.....	183
16.2 Conceitos fundamentais	184
16.2.1 Tratamento de dados de crianças e adolescentes	186
16.3 Princípios da LGPD	187
16.4 Agentes de tratamento.....	188
16.5 Da responsabilidade	190
Capítulo 17 ▶ TRATAMENTO DE DADOS NO PODER JUDICIÁRIO	195
Introdução	195
Capítulo 18 ▶ TRATAMENTO DE DADOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO	197
Introdução	197
Capítulo 19 ▶ MARCO CIVIL DA INTERNET	201
19.1 Pilares do MCI.....	202
19.2 Direito ao esquecimento	206

PARTE V
ESTRUTURA NORMATIVA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Capítulo 20 ► INOVAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	209
Introdução	209
20.1 Plano brasileiro de Inteligência Artificial (PBI)	211
20.2 Estratégia brasileira de Inteligência Artificial (EBIA)	213
20.3 Normativo do Tribunal Superior Eleitoral e a “deep fake”	214
20.4 Normativo do Conselho Federal da OAB sobre Inteligência Artificial	215
20.5 Legislações em perspectiva	216
20.5.1 EUA, Europa e China	217
 Referências	 219

ANEXOS

Anexo I ► IA NA PRÁTICA JURÍDICA.....	225
Introdução	225
Básico	225
Intermediário	226
Avançado	227
<i>Hard prompt</i>	229
 Anexo II ► GALERIA DE PROMPTS (DA TEORIA PARA PRÁTICA)	 231
Prompts básicos	231
Prompts intermediários	231
Prompts avançados	232
 Anexo III ► PROMPT PARA ESTUDANTES	 235
Bônus 01 – Simulação de Questões no Estilo CESPE ou FGV (OAB/ENAM)	235
Bônus 02 – Plano Estruturado de Aprendizado em Direito Digital (ajuste para outra disciplina)	235
Bônus 03 – Recurso para Mudança de Gabarito em Concurso Público (ou para elaboração de recurso)	235
Prompt avançado – Técnica da inversão para qualquer concurso	236
 Anexo IV ► RECOMENDAÇÃO DA CF/OAB – USO DA IA NA ADVOCACIA (PRINCIPAIS DISPOSITIVOS).....	 239
Confidencialidade e Privacidade	239
Prática jurídica ética	239
Comunicação sobre o uso de IA Generativa	240
Referências	241